



Fundação Escola
Politécnica da Bahia

desde 1932

Relatório de
ATIVIDADES
2017

Palavra do Diretor Geral

Prezados colegas, apesar dos seguidos anos de restrições econômicas pelos quais passamos, é com satisfação que apresentamos a vocês o nosso relatório de atividades relativo ao ano de 2017.



Pode-se entender o ano de 2017 como o coroamento do esforço contínuo de diferentes conselhos administrativos que estiveram à frente da Fundação e que, cada um a seu modo, contribuíram para se obter uma Fundação mais eficiente, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto do atendimento ao público. Se ainda temos gargalos e pontos a melhorar, podemos outrossim afirmar que a FEP cumpre de forma plena as diversas funções de apoio a projetos, não só do ponto de vista da gestão financeira, mas também na aquisição de bens, nacionais e importados, respeitando sempre as regras a que cada projeto está submetido e buscando ao mesmo tempo a otimização dos recursos disponibilizados sob sua gestão.

Como destaques da atuação da Fundação nos últimos anos pode-se elencar a expansão das suas fronteiras de prestação de serviços para além da Universidade Federal da Bahia - UFBA, com a inclusão de diversas instituições de ensino como o Instituto Federal da Bahia - IFBA, a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB e a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, além de uma atuação mais estreita com instituições como a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii e a Fundação Oswaldo Cruz - FIO-CRUZ. Salienta-se ainda uma atuação mais eficiente na gestão do patrimônio próprio da Fundação e uma melhoria significativa na atuação do setor de projetos, que pela primeira vez, em muitos anos, foi capaz de gerar recursos suficientes para o seu próprio custeio.

No ano de 2017 a FEP procurou sanear ou dar encaminhamento, por intermédio de negociações firmadas tendo como base o interesse da Fundação, os seus passivos financeiros, os quais foram motivos de ressalvas em relatórios de auditoria passados. Foi também um ano em que ênfase se deu à transparência de suas atividades. Do lado do relacionamento com os professores foi criada interface via web para que cada coordenador de projeto verifique os extratos de seu projeto em tempo real. Além disso, foi criada uma ferramenta de consulta pública, disponibilizada em nosso portal da transparência onde qualquer pessoa, mediante o fornecimento de um CPF/CNPJ, pode obter um relatório dos pagamentos efetuados pela FEP àquela pessoa/empresa nos últimos exercícios fiscais.

Como fruto dos bons resultados obtidos a FEP voltou a exercer a sua função de fomento. Nos últimos dois anos, foram lançados editais de bolsas de IC, assim como foram reservados recursos para auxiliar na administração de nossa instituição âncora. Se ainda não conseguimos chegar aos montantes esperados, é, com certeza, um começo animador.

Por fim, vale ressaltar que nenhum destes resultados poderia ser alcançado sem uma atuação coesa de nossos colaboradores. Tenho certeza que a próxima coordenação executiva saberá azeitar ainda mais o funcionamento desta octogenária e moderna instituição, levando-a a obtenção de resultados cada vez mais promissores, em benefício de nossa comunidade acadêmica/científica.

SANDRO LEMOS MACHADO
DIRETOR GERAL

Sumário

Apresentação	4
A Fundação	5
Missão	5
Visão	5
Valores e Princípios	6
Estrutura Organizacional	6
Conselho Curador	7
Conselho Fiscal	8
Conselho Diretor	9
Organograma FEP	10
Situação Financeira	11
Fontes de Recursos Financeiros	12
Despesas Operacionais.....	13
Atividade de Projetos em 2017	15
Projetos Gerenciados.....	29
Atividades Acadêmicas.....	30
Transferências de Receitas	37
Concessão de Bolsas	37
Demonstrações Contábeis.....	38
BP - Balanço Patrimonial.....	38
DRE - Demonstração do Resultado do Exercício	39
DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa.....	40
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	41
DOARP - Dem. das Origens e Aplicações de Rec. de Projetos	42
Balanço Social	43
Parceiros	44
Equipe Executora	45

Apresentação

Este documento faz um balanço das atividades desenvolvidas pela FEP ao longo de 2017, ano em que a Fundação completou 85 anos.

O conjunto de informações, contidas neste relatório, demonstra as ações promovidas pela gestão ao longo do ano de 2017, como também descreve a FEP em números, quantificando dados financeiros, administrativos, e de pessoal, com o propósito de oferecer ao leitor uma dimensão do volume do que foi realizado pela Fundação durante o ano.

Nesta apresentação destacamos alguns Projetos, a Situação Financeira, as Fontes de Recursos, o Balanço Social e as Demonstrações Contábeis; as quais têm o objetivo de prestar contas aos órgãos fiscalizadores sobre as atividades desenvolvidas pela FEP neste período.

Este relatório, além de divulgar as ações realizadas e os resultados do ano é um meio de agradecer aos Senhores integrantes dos Conselhos Diretor, Fiscal e Curador, aos Coordenadores de Projetos, às instituições credenciadas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Instituto Federal da Bahia- IFBA e a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB e aos colaboradores da FEP, que comprometidos com a instituição foram fundamentais no propósito da Fundação de apoiar com excelência as instituições de Ensino Superior nas atividades de pesquisa, extensão e no desenvolvimento científico, tecnológico e da sociedade em geral.

Desejamos uma ótima leitura!

A Fundação

A Fundação foi instituída por iniciativa do Instituto Politécnico da Bahia e da Escola Politécnica da Bahia, aos trinta dias do mês de julho, em 1932, com fim de apoiar o ensino da Engenharia em seus diversos ramos, bem como o ensino superior das Ciências Físicas e Matemáticas, para a realização das pesquisas científicas, e assim concorrer para o desenvolvimento econômico da Bahia e do Brasil.

É uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com Autonomia Patrimonial, administrativa e financeira, regida pela legislação em vigor e por seu Estatuto. Seus atos administrativos são permanentemente velados, acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público do Estado da Bahia. É, atualmente, uma Instituição de Utilidade Pública do Estado da Bahia, de acordo com a Lei 11.880, publicada no Diário Oficial do Estado, em 10 de março de 2010. Como também é Instituição de Utilidade Pública Municipal, agosto de 2010.

Após a criação da Lei 8.958, em 20 de dezembro de 1994, “que dispõe sobre as relações entre as instituições federais em ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio”, para melhor atender as demandas das unidades da UFBA, a FEP credenciou-se como fundação de apoio. Sem deixar, entretanto, de agir, também, como fundação de amparo, de interesse acadêmico, contribuindo com recursos próprios para a consecução e êxito de projetos acadêmicos.

No ano de 2017 a FEP conseguiu o recredenciamento junto a UFBA, IFBA e a UFSB como Fundação de apoio, mantendo desta forma sua área de atuação.

Missão

Apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições de Ensino Superior, atuando com transparência, preservando os princípios legais e éticos.

Visão

Ser reconhecida como uma das mais antigas e principais Fundações de Apoio do Brasil, na gestão de Projetos de pesquisa, ensino e extensão, oferecendo serviços de qualidade para os nossos parceiros.

Valores e Princípios

Ética: agir com transparência, integridade e respeito, seguindo os princípios determinados pela sociedade e zelando pela imagem da FUNDAÇÃO.

Responsabilidade: assumir pessoalmente a responsabilidade pelos resultados e não só pela parte que lhe cabe.

Trabalho em equipe: compartilhar experiências e conhecimentos, colaborando para o resultado coletivo.

Atendimento de Qualidade: buscar a melhoria contínua no desenvolvimento do seu trabalho.

Valorização do ser humano: reconhecer e recompensar os esforços individuais e coletivos.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional da FEP é composta pelos Conselhos Curador, Fiscal e Diretor, estrutura estabelecida de acordo com o Novo Código Civil Brasileiro, propiciando a conjunção harmônica de três órgãos autônomos, voltados para um fim comum: a governabilidade da Fundação.

A Estrutura Organizacional tem como princípios básicos a ética, a prestação de contas, a transparência, a equidade e a responsabilidade corporativa, em conformidade com as regras estabelecidas, cabendo à Administração Superior, sobretudo, como visão de longo prazo, zelar pela perenidade da FEP.

É oportuno ressaltar que os Conselheiros da Fundação “não são remunerados, seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de quaisquer vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das atribuições que lhes sejam conferidas”. Os mandatos dos Conselheiros têm a duração de três anos, permitindo-se uma recondução.

Conselho Curador

É o órgão máximo do sistema de administração e governança da FEP, representa os ideais e interesses dos seus instituidores, sendo, portanto, responsável por zelar pelo exercício da missão, crenças e valores institucionais.

O Conselho Curador é constituído por 16 (dezesesseis) membros, sendo composto por 01 (um) membro da Diretoria da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 07 (sete) professores lotados em cada um dos sete departamentos da Escola Politécnica da UFBA, 01 (um) professor que desempenhe atividade de extensão gerenciada pela FEP, 01 (um) professor que desempenhe atividades junto aos Cursos de Pós-graduação da Escola Politécnica da UFBA, 01 (um) representante do corpo discente da Escola, 01 (um) membro do Instituto Politécnico da Bahia, 01 (um) membro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia, 01 (um) membro do Sindicato dos Engenheiros da Bahia, 01 (um) membro de outras entidades de profissionais de engenharia e 01 (um) membro das entidades empreendedoras de engenharia.



SÉRGIO MARTINS DE ALMEIDA

Membro de entidades empreendedoras de engenharia
Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia – SINDUSCON/BA

ADAILTON OLIVEIRA GOMES

Membro do Instituto Politécnico da Bahia – IPB

LUIS EDMUNDO PRADO DE CAMPOS

Profº lotado na Escola Politécnica da UFBA
Departamento de Ciência e Tecnologia dos Materiais

LAÍS RIBEIRO RODRIGUES

Representante dos Discentes da Escola Politécnica

JOSÉ LÁZARO DE CARVALHO SANTOS

Professor lotado na Escola Politécnica da UFBA
Departamento de Transportes

PAULO ROBERTO NASCIMENTO MEDEIROS

Membro do Sindicato dos Engenheiros da Bahia – SENGE

GENIVALDO BARBOSA DOS SANTOS

Membro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia - CREA/BA

HERBERT PEREIRA OLIVEIRA

Professor lotado na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Engenharia Química

DAYANA BASTOS COSTAS

Professor lotado na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Construção e Estruturas

**NEUZITON TORRES RAPADURA (Vice-Presidente)**

Representante de outras entidades profissionais de Engenharia
Clube de Engenharia da Bahia

VANESSA SILVEIRA SILVA

Professor que desenvolve Atividades de Extensão gerenciadas pela FEP

PAULA FRASSINETTI CAVALCANTE

Professora lotada na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Engenharia Mecânica

REGINA FERREIRA VIANA (Presidente)

Diretoria da Escola Politécnica da UFBA

SILVANA MATTEDI E SILVA

Professora que desempenha atividades junto aos Cursos de
Pós-Graduação da Escola Politécnica da UFBA

YVONILDE DANTAS PINTO MEDEIROS

Professora lotada na Escola Politécnica da UFBA
Departamento de Engenharia Ambiental

KLEBER FREITAS DA SILVA

Professor lotado na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Engenharia Elétrica

Conselho Fiscal

É o principal responsável pela fiscalização dos atos da administração e do cumprimento das regras, deveres legais e estatutários. Verifica e analisa a gestão econômico financeira especialmente, atuando também como parte do sistema de controle interno da Fundação. Aprecia e opina sobre as demonstrações contábeis e demais dados concernentes à prestação de contas, o relatório anual de atividades, etc. Entre suas principais atribuições, inclui-se fiscalizar os atos do Conselho Diretor.

É composto por três Conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo um representante e seu suplente, indicados pelo Reitor da Universidade Federal da Bahia. Os outros dois e respectivos suplentes são indicados pelo Conselho Curador, dentre os professores da Escola Politécnica da UFBA.

**UBIRATÃ BATISTA PEREIRA UBIRATÃ BATISTA PEREIRA**

Membro Titular (indicado pelo Reitor da UFBA)

DANIEL VERAS RIBEIRO

Membro Titular (escolhido pelo Conselho Curador dentre professores da Escola Politécnica da UFBA)

RICARDO FERNANDES CARVALHO

Membro Titular (escolhido pelo Conselho Curador dentre professores da Escola Politécnica da UFBA)

**JOSEILTON SILVEIRA ROCHA**

Membro Suplente do Conselheiro Laerson Morais Silva Lopes
(Indicado pelo Reitor da UFBA)

ALEXANDRE DE MACÊDO WAHRHAFTIG

Membro Suplente do Conselheiro Daniel Veras Ribeiro (Escolhido pelo Conselho Curador dentre Professores da Escola Politécnica da UFBA)

CAIUBY ALVES DA COSTA

Membro Suplente do Conselheiro Ricardo Fernandes Rocha (escolhido pelo Conselho Curador dentre professores da Escola Politécnica da UFBA)

Conselho Diretor

É o órgão de execução da FEP, responde pela implementação das ações necessárias ao cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador, cabendo a ambos a responsabilidade de estabelecer o Plano de Organização da Fundação.

O Conselho Diretor é composto por 4 (quatro) membros, Diretor Geral, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro e Diretor Técnico-Científico, e presidido pelo primeiro. Seus membros são escolhidos pelo Conselho Curador dentre os professores lotados na Escola Politécnica da UFBA.

**SANDRO LEMOS MACHADO – DIRETOR GERAL**

Professor lotado na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Ciência e Tecnologia dos Materiais

LUCIENE DE MORAES EIRADO LIMA - DIRETORA FINANCEIRA

Professora lotada na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Ciência e Tecnologia dos Materiais

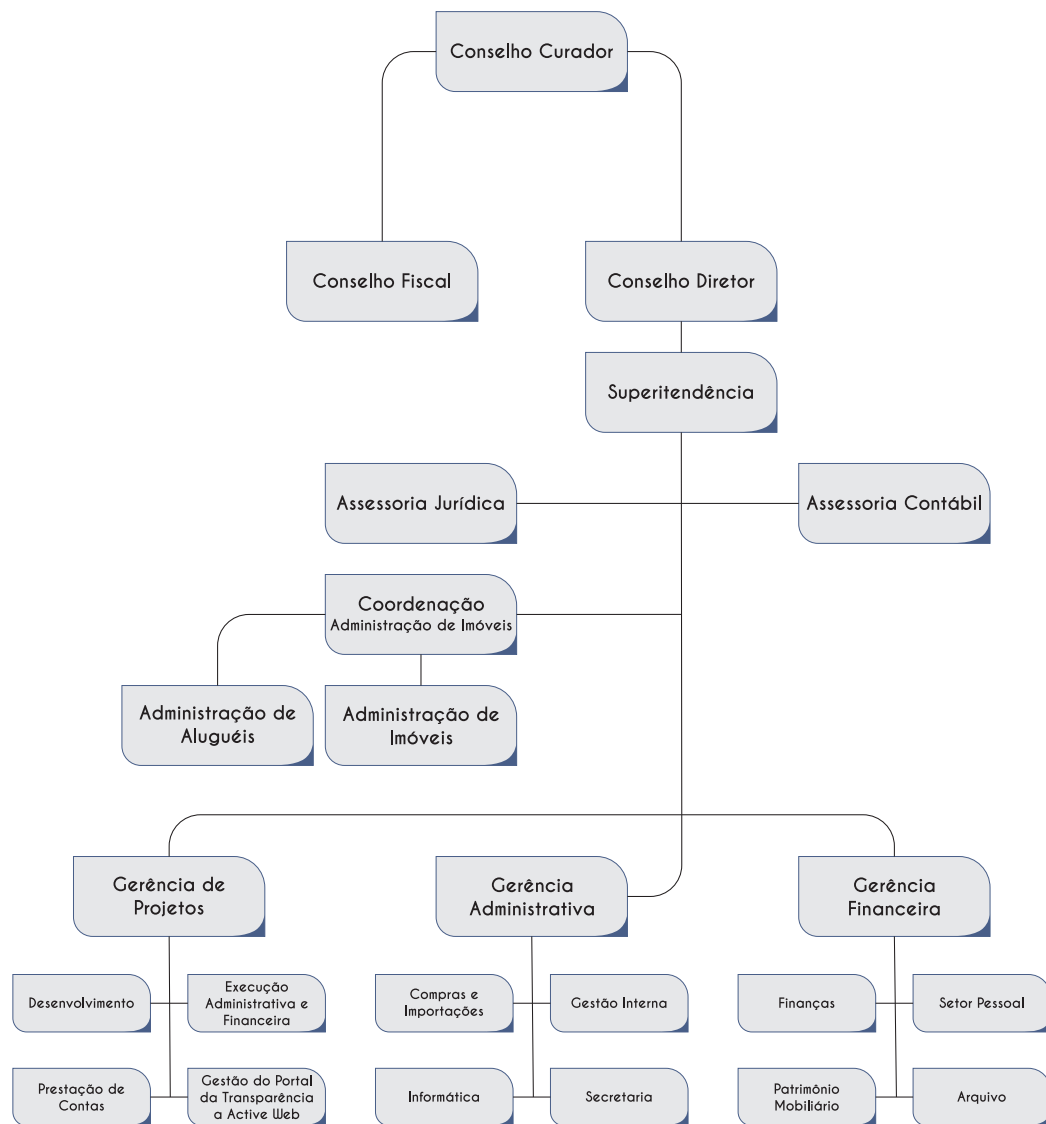
ANA CRISTINA MORAIS DA SILVA - DIRETORA TÉCNICA CIENTÍFICA

Professora lotada na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Ciência e Tecnologia dos Materiais

JOSÉ BAPTISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR - DIRETOR ADMINISTRATIVO

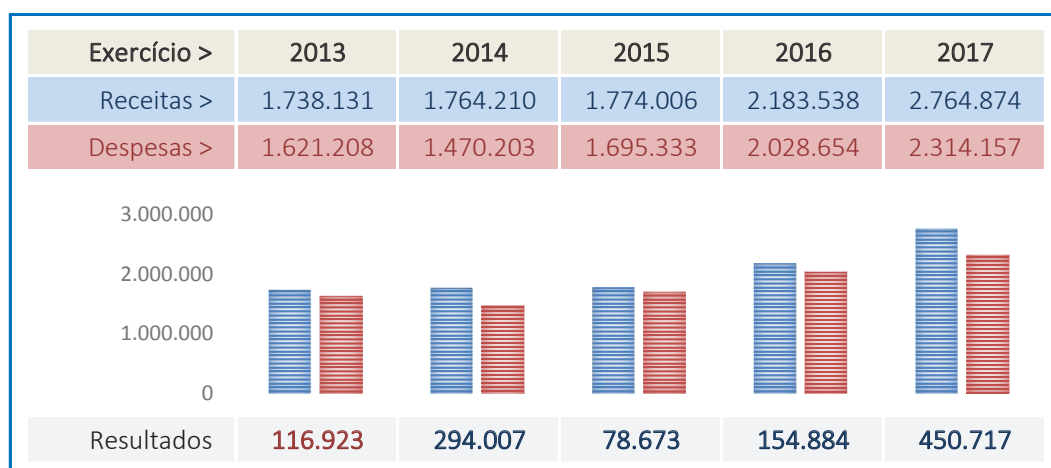
Professora lotada na Escola Politécnica da UFBA
Deptº. de Ciência e Tecnologia dos Materiais

Organograma FEP



Situação Financeira

Na tabela abaixo, observa-se os indicadores que demonstram a evolução da situação financeira da Fundação dos últimos 05 exercícios.



Para melhor entendimento dos dados apresentados, seguem algumas considerações:

Podemos observar que nos últimos 05 anos a FEP manteve resultados positivos, com destaque para o aumento percentual de 191,00%, de 2016 para 2017. O excelente resultado do exercício de 2017, com superávit de R\$ 450.717,00 deve-se ao crescimento significativo na gestão de projetos.

Em 2013, houve uma redução na receita de aluguel em aproximadamente R\$216.318,00 (duzentos e dezesseis mil, trezentos e dezoito reais), por conta da rescisão do contrato de locação do imóvel da Sobreloja II, entre a FEP e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Em 2014, o superávit de R\$294.006,39 (duzentos e noventa e quatro mil, seis reais e trinta e nove centavos) foi resultado da elevação da receita de aluguéis, com locação de 50% do espaço da Sobreloja II, e da redução das despesas gerais, principalmente despesas com pessoal. Houve neste período, uma redução do quadro de funcionários em virtude de um menor número na quantidade de Projetos gerenciados pela FEP.

Na área de Gestão de Aluguéis é importante destacar que o exercício de 2015 foi atípico, principalmente para a área de gestão de imóveis que sofreu uma queda de 3,62% em suas receitas, justificada principalmente pelo declínio na firmação de novas locações, problema que ainda hoje, continua atingindo o mercado imobiliário.

No exercício de 2016, mesmo diante da crise financeira do país, a FEP obteve um aumento da receita no setor de projetos e de aluguéis, com aumento no resultado de 96,87%, em relação ao ano de 2015.

Fontes de Recursos Financeiros

RECEITAS	2013	2014	2015	2016	2017
Aluguel (RA)	790.525	976.685	941.325	1.170.150	1.302.418
Projetos (RP)	722.450	710.056	802.782	962.798	1.417.268
Outras Receitas	225.157	77.469	29.899	50.591	45.188
Receita Total (RT)	1.738.132	1.764.210	1.774.006	2.183.539	2.764.874
Participação da RA na RT = RA / RT (%)	45,48%	55,36%	53,06%	53,59%	47,11%
Participação da RP na RT = RP / RT (%)	41,56%	40,25%	45,25%	44,09%	51,26%

A FEP possui dois segmentos de negócio: a gestão imobiliária e a gestão de Projetos, que constituem as principais fontes de receitas operacionais da FEP. O ramo imobiliário é responsável pela administração do seu patrimônio, que é constituído por 118 imóveis, entre salas, garagens, lojas, sobrelojas, além da casa, utilizada como sede. Já o segmento de administração de Projetos executa um conjunto de ações e procedimentos administrativos e financeiros envolvidos na gestão de recursos financeiros de Projetos.

A receita da área de gestão de projetos teve um aumento de aproximadamente 47,2% em comparação a 2016, sendo o nosso maior índice de crescimento desde 2013. Em 2017 esta área teve sua participação na receita da FEP em 51,26%, o que demonstra a sua importância para a Fundação e para os projetos que gerencia.

Neste exercício foram firmados 27 novos Projetos, o que representa um aumento aproximado de 42,10%, quando comparado ao número de 19 firmados no ano de 2016. Foram administrados um total de 92 Projetos, sendo 27 novos, 51 remanescentes e 14 encerrados no exercício de 2017.

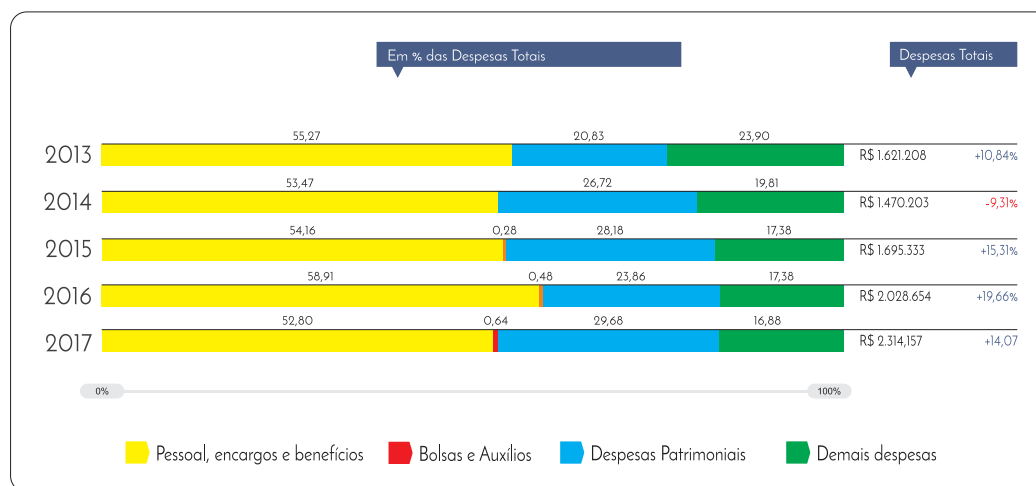
Em 2017 tivemos um crescimento na área de Gestão de Aluguéis, com um aumento de 11,30% na receita de aluguéis, em relação ao ano de 2016, justificado principalmente pela locação do complexo de 09 (nove) salas do Ed. Fundação Politécnica no 1º trimestre de 2017.

O aumento da receita nas locações no exercício de 2017 representou um resultado favorável, visto que a instabilidade do mercado de aluguéis continua bastante acentuada, e vários fatores da crise financeira atual favorecem a retração do setor, como: a elevação do endividamento, a redução do desemprego, da produção e da renda.

Relatório de Atividades 2017

Outro aspecto importante observado no 2º trimestre/2017 foi a inconstância marcante do IGP_M - (Índice Geral de Preços do Mercado) que determina os reajustes anuais dos contratos de alugueis. Tal índice apresentou declínio saindo de 0,01% em março/2017 e chegando ao nível negativo acumulado de -0,53 % em dezembro/2017, o que impediu diretamente a aplicação de reajustes nos contratos ativos que tinham como data base os meses de Junho/2017 a dezembro/2017, fato este que reforça a importância da elevação das receitas, mesmo com IGPM negativo no período.

Despesas Operacionais



Em 2017 o percentual de despesas com pessoal, em comparação com as demais despesas foi de 52,81%, sendo o menor índice dos últimos 04 anos.

Esta redução foi fruto de uma reestruturação de pessoal nos setores Financeiro e de Projetos, o que colaborou com a eficiência dos serviços ofertados pela Fundação.

Na área de Gestão de alugueis, os reflexos das dificuldades econômicas atingiram de forma direta muitas empresas locatárias da Fundação Escola Politécnica da Bahia, sendo basicamente em sua maioria empresas de pequeno e médio porte, e por esse motivo alguns contratos de alugueis foram rescindidos, o que refletiu diretamente no aumento das despesas patrimoniais e redução das receitas do resultado do exercício.

Um dos principais pontos que refletem nas despesas patrimoniais dos imóveis da FEP é o índice de salas vazias, que no exercício de 2017 representou uma média de 8,49% no Ed. Fundação Politécnica e 3,80% no Ed. Garcia D'Ávila. Este índice de vacância, como já dito anteriormente, sofreu influência direta da crise econômica.

Os efeitos negativos da conjuntura econômica atual obrigou a FEP a aumentar o controle dos custos patrimoniais diretos, a fim de tornar seus aluguéis mais competitivos, levando em consideração, principalmente, a forte concorrência de imóveis vazios, ofertando preços muito abaixo de mercado, principalmente no Centro Comercial de Salvador, local do Ed. Fundação Politécnica, onde se concentra a maior parte de imóveis da FEP.

Observa-se que em 2017 as despesas patrimoniais específicas dos imóveis (condomínio, IPTU, energia elétrica) sofreram aumento de 8,73% no Ed. Fundação Politécnica e uma redução de 30,61% no Ed. Garcia D'Ávila em relação ao exercício de 2016.

Em relação às outras despesas patrimoniais gerais observa-se um aumento significativo, devido a provisão de perdas para créditos de liquidação duvidosa, incluindo processos que estão na justiça há mais de 05 anos, aumentando assim a transparência de nossas Demonstrações Contábeis.

Atividade de Projetos em 2017

No Setor de Projetos realizamos uma gestão mais participativa. Estivemos mais presentes com as instituições parceiras, através de palestras de apresentação em algumas unidades da UFBA, reuniões com financiadores e com os coordenadores de projetos, além da presença em Seminários, Congressos e na Assembleia Extraordinária do CONFIES (Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica).

Podemos destacar algumas ações que foram realizadas, que contribuíram para o crescimento deste setor:

- Consulta das contas de Projetos via WEB. Esta ação permite aos Coordenadores acompanhar, em tempo real, a movimentação realizada em seus Projetos, tanto das despesas autorizadas por eles, quanto das receitas auferidas correspondentes aos respectivos Projetos.
- Implantação da prestação de contas de Projetos em formato digital. Esta iniciativa da Equipe do Setor de Projetos, aprovada pelos Técnicos do Setor de Convênios da UFBA que, além de tecer elogios, motivou a implantação de um Sistema Eletrônico de Prestação de Contas e recomendaram a outras Fundações de apoio, o mesmo procedimento.
- Aprimoramento do Portal da Transparência no sítio da FEP e publicação, tempestivamente, das informações de Projetos, em atendimento à Lei de nº 8.958/94, Art. 4ªA. Esta publicação permite aos Órgãos de Controles acompanhamento da situação dos Projetos e a eficácia da Fundação quanto ao cumprimento das Leis vigentes. É oportuno informar que a auditoria do TCU, realizada em 2017, registrou o ótimo desempenho desta Fundação junto ao Portal.

Neste contexto, destacamos que a UFBA realizou Avaliação de Desempenho da FEP, em 2017, referente ao biênio 2015 e 2016 e destacou que a FEP teve avanços significativos na gestão da execução de Projetos, destacando a melhoria na prestação de contas, adoção de controles relacionados ao pagamento de bolsas e a rápida adaptação às constantes mudanças da Lei 8.958/94.

A seguir o resumo de alguns projetos gerenciados pela FEP durante o ano em exercício.

☑ PROGRAMA REDE DE INOVAÇÃO EM PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE SOCIAL

O objetivo geral do Programa Rede Cidadania é fortalecer a atuação estratégica do Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador por meio do investimento em ações de Capacitação e Qualificação Continuada em Participação Política e Controle Social. A construção desta Rede de Aprendizagem utilizará como referência central a concepção de educação colaborativa, compartilhamento de conhecimentos e difusão de boas práticas de gestão de políticas públicas. Espera-se com esse esforço contribuir para que o governo municipal de Salvador e a sociedade civil organizada se articulem para a promoção do desenvolvimento da oferta de bens e serviços públicos na área de Assistência Social que garantam a promoção da inclusão e o bem-estar social. Nesse sentido, considera-se que a presente proposta atende a necessidade definida pelo SUAS de investimento em ações de capacitação permanente dos Conselheiros, Gestores Públicos e representantes da sociedade para preparar estes atores e agentes públicos de forma contínua para garantir o exercício pleno e efetivo do controle social. Espera-se com esse esforço obter como principais resultados deste investimento as seguintes metas: (a) desenvolver e implantar metodologia inovadora para promover a Capacitação e Qualificação Continuada Conselheiros, Gestores Públicos e Cidadãos, voltados para fortalecer os princípios e práticas de democracia deliberativa e governança pública; (b) promover maior engajamento dos agentes públicos no planejamento das ações públicas sob a responsabilidade do município; (c) fomentar a participação ativa dos Conselheiros no processo decisório das Políticas Públicas de Assistência Social; ampliar a consciência cidadã dos municípios; (d) melhorar o planejamento e a gestão das políticas públicas municipais; (e) melhorar o acesso às informações sobre qualidade da gestão pública municipal; dentre outros resultados indiretos que podem ser integrados ao Programa durante sua execução.



Coordenadora:

Elizabeth Matos Ribeiro

☑ PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS

Os Programas Integrados de Residência de Medicina de Família e Comunidade e Multiprofissional em Saúde da Família têm como objetivo propiciar uma formação crítico-reflexiva de profissionais da área da saúde do ponto de vista ético, político e técnico-científico para atuarem no campo da atenção primária à saúde e Redes de Atenção à saúde, com foco nas famílias e comunidades assistidas, assegurando os princípios do SUS, a partir das demandas loco regionais, com vistas ao atendimento das reais necessidades de saúde da população, reconhecendo as particularidades e singularidades de cada sujeito enquanto indivíduo inserido em uma família e integrante de um meio sociocultural, bem como garantir maior resolutividade do sistema de saúde.

ATIVIDADES PREVISTAS

As atividades da residência ocorrem essencialmente no município de Camaçari, sendo que a carga-horária dos programas é composta por atividades práticas e teórico/teórico-práticas. As atividades práticas são realizadas nos serviços de saúde de Camaçari e são acompanhadas integralmente por preceptores de todas as categorias profissionais. Ainda neste campo de prática, os residentes e preceptores recebem apoiadores pedagógicos em alguns turnos semanais para suporte pedagógico e reflexão das práticas.

Além das atividades realizadas nos serviços, realizam-se atividades que compõem a carga-horária teórica dos residentes, que são:

SEMINÁRIOS PEDAGÓGICOS INTEGRADOS

Espaço de formação que agrega todos os atores envolvidos na residência: residentes do primeiro e segundo ano, preceptores, apoiadores pedagógicos e coordenação pedagógica. Além disso, professores, trabalhadores dos serviços, usuários, representantes de movimentos sociais ou gestores que são eventualmente convidados para contribuir com o espaço conforme o tema e a metodologia proposta.

Abordam-se temas transversais como: Sistema Único de Saúde; Território; Abordagem Familiar e Redes de Apoio Social; Educação Popular; Acolhimento; Educação Permanente; Apoio Institucional e Matricial; Avaliação e Monitoramento da Atenção Básica; Vigilância em saúde com enfoque nos aspectos epidemiológicos e ambientais, destacando as atividades promoção, prevenção e educação em saúde; cuidado integral aos ciclos de vida e grupos populacionais específicos; metodologia de pesquisa científica.

Os seminários ocorrem uma vez ao mês ao longo da residência, sempre aos sábados e com uma duração de oito horas.

SEMINÁRIOS PEDAGÓGICOS PARA R2

Espaços voltados para a discussão e desenvolvimento das competências para facilitação do processo ensino-aprendizagem (ensinagem) pelo residente e preparação e orientação dos trabalhos de Conclusão de Residência. O público-alvo são os R2, com a participação de preceptores, apoiadores pedagógicos e coordenação pedagógica, com eventual participação de convidados.

Ocorre uma vez por mês aos sábados durante o segundo ano da residência, com duração de oito horas por encontro.

RODAS DE REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO/GESTÃO DO CUIDADO INTERDISCIPLINAR: RODAS DE CAMPO (TUTORIA)

Estas rodas são espaços de reflexão sobre as situações vivenciadas no território que são do âmbito do campo da atenção primária. Utilizam como disparador as experiências mais significativas do cotidiano do serviço que digam respeito ao conjunto da equipe e que interferem na qualidade do cuidado realizado ao usuário. Estas experiências devem ser refletidas em diálogo com os conhecimentos e experiências já sistematizadas para a produção de novas estratégias para lidar com a realidade singular do serviço e equipes. Ocorrem portanto, por serviço, reunindo todos os residentes e preceptores que compartilham do mesmo território.

RODAS DE REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO/GESTÃO DO CUIDADO DE CADA NÚCLEO PROFISSIONAL: RODAS DE NÚCLEO (TUTORIA)

Este é o espaço onde há reflexão sobre as situações vivenciadas no território e discussão teórico-conceitual pertinentes à atuação nuclear de cada categoria profissional com foco na Atenção Primária. Neste espaço, reúne-se residentes da mesma categoria de uma ou duas unidades e seus respectivos preceptores, com a condução do apoiador pedagógico de Núcleo. Da mesma forma que as rodas de campo, o dispositivo de aprendizagem são as experiências do cotidiano e as questões específicas de núcleo que mobilizam os residentes para serem colocadas em análise e refletidas a luz de referenciais teóricos.

RODAS DE APOIO MATRICIAL/INSTITUCIONAL E ARTICULAÇÃO DE REDES: RODA DE CAMPO DOS OPTATIVOS (TUTORIA)

Estas rodas são espaços de reflexão sobre as situações vivenciadas nos campos de práticas optativos das Unidades de Aprendizagem Gestão e Articulação de Redes I e II. Utilizam como disparador as experiências mais significativas do cotidiano dos residentes que digam respeito aos propósitos da inserção dos residentes em cada um dos campos. Estas experiências devem ser refletidas em diálogo com os conhecimentos e experiências já sistematizadas para a produção de novas estratégias para lidar com a realidade singular do serviço e equipes. Ocorrem por campo de prática optativo, com a participação do grupo de residentes inseridos naquele serviço em cada ciclo e a preceptora.

Estas rodas são mediadas pelo Apoiador Pedagógico Matricial, com duração de duas horas noturnas a cada quinze dias.

Acredita-se que um processo de formação exige espaços permanentes de gestão colegiada, planejamento, avaliação e formação do corpo docente. Desta forma, realizamos atividades sem a participação dos residentes.

RODAS DE APOIADORES PEDAGÓGICOS

Espaços que ocorrem semanalmente, sob mediação da coordenação pedagógica e participação de todos os Apoiadores Pedagógicos. Este é um momento voltado para o planejamento, monitoramento e avaliação das atividades pedagógicas da Residência, avaliações, compartilhamento das produções e formulação de material didático-pedagógico.

RODAS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Espaço de Educação Permanente do corpo docente, onde as experiências do cotidiano são refletidas e postas em análise para qualificação das práticas docente-assistenciais. Participam a coordenação pedagógica, os apoiadores pedagógicos e os preceptores.



Coordenador:

José Santos Souza Santana

☑ Apoio técnico à elaboração de minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios do Estado da Bahia selecionados pela FUNASA

O Estado da Bahia possui atualmente 417 municípios e uma população estimada, para 2016, em 15.276.566 de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) atua em unidades municipais de até 50 mil habitantes, que apresentam grande carência de capacidade institucional e técnica. Na Bahia, mais de 85% dos municípios têm uma população abaixo dessa faixa de habitantes. Aproximadamente 33% dos 4 milhões de habitantes do Estado moram na zona rural e vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Além disso, a capacidade de gastos de 309 dos municípios baianos se resume quase que exclusivamente ao recebimento do Fundo de Participação dos Municípios, sendo a única receita para custear suas despesas, inviabilizando qualquer investimento, principalmente na área de planejamento.

O passo inicial para o alcance da universalização dos serviços de saneamento básico é o seu planejamento. Neste sentido, os Módulos de Capacitação Municipal para o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) são os instrumentos que possibilitarão aos municípios a elaboração dos seus PMSB. É importante ressaltar a necessidade de integração dos Módulos com outros estudos, tais como o Estudo de Regionalização de Resíduos Sólidos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR) e o Plano Estadual de Águas Pluviais e Esgotamento Sanitário (PEMAPES).

Com a publicação do Decreto nº 8.629, sancionado pela Presidência da República, em dezembro de 2015, em substituição ao Decreto nº 8.211/2014, o Governo Federal determinou a prorrogação do prazo para 31 de dezembro de 2017, para que os municípios elaborem os seus PMSB sob pena de não acessarem recursos para aplicação no setor, prevendo, assim, um cenário de dificuldades de ordem burocrática, econômica, técnica e ambiental para os municípios. Neste contexto, a falta de capacidade institucional e técnica impedem que os municípios cumpram a lei, desta forma, a proposta ora apresentada visa, além do desenvolvimento dos módulos de capacitação, dar assessoria técnica para que os técnicos das Prefeituras e os membros dos Comitês de Coordenação e Executivo desenvolvam as atividades necessárias que resultem em um instrumento de planejamento para prestação dos serviços dos quatro componentes do saneamento básico, com qualidade, atendendo às Leis Federais nº 11.445/2007 e nº 12.305/2010, que tratam respectivamente, das Diretrizes Nacionais e Política Federal de Saneamento Básico e da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A nossa intenção é que, com a capacitação por meio dos módulos previstos para serem construídos durante a execução do Programa, os municípios possam elaborar os seus PMSB, com a participação de todos os atores: a sociedade civil com suas representações; os gestores com seu corpo técnico e funcionários efetivos e contratados; as entidades de classe; representantes dos órgãos públicos afins da esfera Federal e Estadual; representante do Ministério Público do Estado; instâncias de controle social, (conselhos municipais) e prestadores de serviços de saneamento básico.

Assim, a proposta apresentada para este Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a FUNASA e o IFBA proporcionará o fortalecimento da gestão, o desenvolvimento institucional e a implementação das ações de saneamento nos municípios do Estado da Bahia, resultando na promoção da qualidade de vida, na sustentabilidade ambiental e na saúde pública da população.



Coordenadora:

Marion Cunha Dias Ferreira

☑ Desenvolvimento e implantação do sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da vigilância sanitária do Estado de Santa Catarina

Desde os primórdios do processo de regulação à saúde, o risco tem sido o objeto central do marco regulatório e das práticas de vigilância sanitária, ambiental, do trabalhador e epidemiológica. No âmbito da vigilância sanitária, tal constatação se torna ainda mais evidente, pois a Lei n. 8080/1990 já a definiu como “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde (...)”. (BRASIL, 1990).

Costa (1999), ao descrever a conformação do campo de vigilância sanitária, demonstra que as preocupações com o controle das práticas médicas, a conservação de alimentos e a possibilidade de falsificações, remonta os povos antigos, mas a ampliação das ações regulatórias acompanhou o incremento da produção de bens e serviços de interesse da saúde.

Assim, por mais que se tente desenvolver metodologias para objetivar os processos de avaliação dos produtos e serviços regulados pela vigilância sanitária, a tomada de decisão e as ações adotadas sempre necessitam de informações e avaliações conjunturais que vão além das avaliações de risco realizadas.

As avaliações conjunturais ganham ainda maior dimensão ao se considerar, por exemplo, que os serviços de saúde públicos se organizam e se estruturam em redes, de modo que a interdição de um serviço pode gerar impactos não somente na saúde da população de um município, mas também na saúde da população de municípios vizinhos, podendo refletir até mesmo em toda uma região.

A situação fica ainda mais clara mediante alguns exemplos. Se encontrarmos uma clínica de radiologia que funciona clandestinamente e utiliza equipamentos sem registro na ANVISA, a vigilância sanitária pode interditar imediatamente o serviço, mesmo que seja o único de uma cidade. Entretanto, se a mesma situação for verificada em um serviço de hemodinâmica, avaliações complementares precisam ser realizadas, inclusive porque o gestor precisa ponderar que, se o serviço for interditado imediatamente e um paciente for a óbito por falta de atendimento, o gestor pode ser responsabilizado, até pela própria sociedade, como tendo sido inconsequente na ação. Contudo, se o serviço estiver localizado numa cidade onde existem outros que podem absorver a demanda, a ação também pode ser realizada imediatamente, sem maiores consequências.

Esses exemplos são frequentes e recorrentes em diversas áreas e níveis e ocorrem devido ao marco regulatório ignorar os potenciais benefícios que devem ser avaliados e considerados, tanto quanto os indicadores de risco.

Devido a tais limitações epistemológicas e metodológicas, inerentes ao paradigma regulatório baseado no risco, as avaliações conjunturais acabam sendo entendidas como interferências políticas que desvirtuam as ações da autoridade reguladora. Algumas vezes, de fato, constituem ações que visam apenas os interesses econômicos e políticos, sem nenhuma relação com a preocupação com a saúde. Entretanto, na maioria das vezes, são avaliações de gestores que, no pleno exercício das suas funções, procuram minimizar impactos na saúde da população.

A avaliação de risco consolidou-se, portanto, como uma atividade de natureza científica (estatística e epidemiológica), mas o seu gerenciamento ficou, até hoje, muito mais a cargo das orientações político-administrativas, responsáveis por integrar os resultados da avaliação de risco com as preocupações de ordem social, econômica e política para embasar uma decisão.

Visando conferir objetividade a esse universo, a vigilância sanitária encontra-se evidentemente diante da necessidade de superar o paradigma atual, estabelecido no olhar para o risco, substituindo-o por um olhar que inclua o benefício, além do risco.

Trata-se de um redesenho do “modus operandi” da vigilância, de modo semelhante à ruptura de paradigma estabelecido no discurso sanitária, no século passado, quando o foco na doença foi substituído pelo enfoque na saúde. Foi na Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, em Ottawa, em 1986, que a ideia de saúde como qualidade de vida e, portanto, como produto de diversos fatores surgiu. Tal visão amplia o conceito proposto pela Organização Mundial de Saúde, pois a concepção de saúde deixa de ser somente a existência de um completo bem-estar físico, social e mental para ser o resultado das condições em que vive o ser humano (Backes et al, 2009).

No campo da vigilância Sanitária, a inserção do conceito de benefício irá requerer, além de instrumentos que possam quantificar e reduzir a subjetividade nas avaliações dos riscos potenciais dos serviços, um marco regulatório que estabeleça os indicadores de benefício. Somente mediante uma avaliação mais objetiva dos benefícios podem ser indicados os benefícios potenciais e, conseqüentemente, será possibilitada a desejável avaliação do benefício potencial líquido, conceitos a serem introduzidos no modelo proposto.

Como a vigilância sanitária regula as mais diversas práticas e tecnologias, necessita de um novo paradigma que contemple essa diversidade, as avaliações de riscos e benefícios, bem como a necessidade de comparar os diferentes benefícios potenciais líquidos, instrumentalizando as tomadas de decisões e o estabelecimento de prioridades nas ações.

Neste novo modelo que está sendo proposto, é importante ressaltar a independência entre os riscos e os benefícios potenciais. Com base no modelo atual, chegou-se (inclusive nós) a afirmar que o risco seria o inverso do benefício ou o complemento deste, ou seja, quando o risco aumenta, o benefício diminui e vice-versa.

Entretanto, o que se percebeu no esforço teórico para construir a evolução do conceito de risco potencial, foi a necessidade do estabelecimento dos conceitos de benefício potencial e de benefício potencial líquido, este último a ser entendido como a diferença entre o risco e o benefício potencial que, portanto, se relacionam de modo independente.

A construção do novo modelo trata-se de um desafio, mas, considerando a “expertise” acumulada nos últimos 18 anos e os resultados dos desenvolvimentos teóricos realizados até o momento, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), através do seu Núcleo de Tecnologia em Saúde (NTS/IFBA), se propõe a continuar a sua parceria com a Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no sentido de estruturar um sistema estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde.



Coordenador:

Marcus Vinicius Teixeira Navarro

Implantação de cursos no âmbito do sistema Universidade Aberta do Brasil no Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dentre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, instituição pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnico e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Para efeito da tendência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às Universidades Federais. No âmbito de sua atuação, o Instituto Federal da Bahia exerce o papel de Instituição certificadora de competências profissionais, possui autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior (CONSUP), aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

O IFBA iniciou suas atividades na modalidade de Educação a Distância - EAD, assumindo o compromisso institucional com a formação de professores em consonância com as necessidades apresentadas pelas redes municipal e estadual de educação do Estado da Bahia.

Em 2015, o IFBA concorre ao Edital 075/2014 da OED/CAPES pelo Programa Universidade Aberta do Brasil - UAB com o objetivo de concretizar sua primeira oferta de cursos de nível superior, na modalidade a distância. Na oportunidade, foi submetida proposta de oferta de três cursos de licenciatura com ampla demanda em todo Estado, a saber, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Computação. A referida oferta vai contribuir para que a Instituição possa concretizar uma das finalidades propostas na Lei nº 11.892, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (POI) do IFBA, que prevê ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.



Coordenador:

Leandro Sodré Barreto

Reconhecimento Biométrico de Adultos, Crianças e Recem-nascidos - Neonatal

Atualmente, os sistemas biométricos comercialmente disponíveis são utilizados em sua totalidade para identificação de adultos. Mesmo com toda a evolução das tecnologias biométricas, poucas abordagens foram desenvolvidas para o propósito de identificação neonatal. Isto significa ignorar os cerca de 131 milhões de nascimentos anuais que acontecem mundialmente. O problema é ainda maior se considerarmos a população mundial de crianças com idade entre 0 e 5 anos, que é de cerca de 500 milhões.

São vários os problemas que surgem da falta de uma identificação neonatal apropriada. No Brasil, ocorrem três milhões de nascimentos por ano, e estima-se que haja uma troca de bebê a cada 6.000 nascimentos. Mas este não é um problema exclusivo de países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, por exemplo, ocorrem cerca de 4,7 milhões de nascimentos por ano, e há aproximadamente 23.000 trocas neste mesmo período. Há ainda os roubos e adoções ilegais de crianças acontecendo em países de todo o mundo. Um exemplo é o recente resgate de quase 400 crianças numa operação contra o tráfico de bebês na China.

O objetivo deste projeto é justamente buscar alternativas para suprir essa demanda ainda não atendida em maternidades, aeroportos e regiões de fronteira, e que é crucial para evitar os problemas mencionados anteriormente. Para isto, pretendemos avaliar o uso de impressões digitais, impressões palmares, e impressões plantares no reconhecimento neonatal.

A utilização de imagens papiloscópicas é mais atraente que outras biometrias, uma vez que estas não são invasivas, tem fácil aplicação e aceitação, além da grande vantagem da imutabilidade que permite a utilização na identificação futura. No entanto, a coleta destas impressões em recém-nascidos é um processo difícil pois as cristas papilares são, em media, de 2,5 a 3 vezes menor do que em adultos e são mais suscetíveis a deformação.

Neste projeto, propomos uma cooperação técnica entre universidade e empresas para desenvolvimento de um sistema completo de reconhecimento neonatal que possa ser utilizado em larga escala. Uma vez desenvolvido, o sistema será validado para garantir que o mesmo possa ser utilizado efetivamente para a identificação de recém-nascidos e crianças. Ao mesmo tempo, será estudada a sua aplicação no reconhecimento a longo prazo, uma vez que o padrão das cristas papilares não se altera ao longo da vida.

O projeto visa contribuir para o estado-da-arte em desenvolvimento comercial de sistemas biométricos e equipamentos de captura de impressões papiloscópicas, uma vez que ainda não existem ferramentas computacionais ou sensores de captura disponíveis comercialmente que possam ser utilizados no reconhecimento de crianças ou recém-nascidos. Portanto, o presente projeto tem grande relevância para a sociedade em geral.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se que ao final do projeto tenha-se um dispositivo óptico validado para extração de impressões papiloscópicas e que este dispositivo seja integrável a um sistema computacional de reconhecimento biométrico neonatal apto a ser utilizado efetivamente na solução dos problemas de trocas de bebês, roubos e adoções ilegais de crianças. Os resultados devem comprovar que o sistema é capaz de ser empregado em larga escala em maternidades, de forma preventiva e coibitiva. Como a ferramenta computacional utiliza para o reconhecimento características altamente discriminantes e invariantes às mudanças inerentes ao crescimento da criança (pontos de interesse e poros), espera-se que o sistema também seja capaz de capturar imagens com qualidade suficiente para extrair estes dados biométricos e assim verificar a possibilidade de realizar uma confrontação futura de identidade utilizando as mesmas características. Ao mesmo tempo, espera-se obter o registro dos softwares desenvolvidos neste projeto de pesquisa aplicada de interesse da comunidade científica bem como do setor empresarial. Também como resultado, busca-se o aperfeiçoamento do perfil profissional e de pesquisa de alunos de mestrado e de iniciação científica envolvidos no projeto.



Coordenador:

Rubisley de Paula Lemes

Reconhecimento Biométrico de Adultos, Crianças e Recém-nascidos - Contínua

Mecanismos de controle de acesso são cada vez mais utilizados na nossa sociedade, sendo aplicados na segurança de dados (e.g. e-mail e registros médicos), equipamentos (e.g. smartphones e computadores) e instalações (e.g. aeroportos e hospitais). Estes deveriam garantir que somente usuários autorizados e/ou capacitados tenham acesso a um determinado recurso. Entretanto, os mecanismos atuais (e.g. senhas, cartões magnéticos, reconhecimento biométrico) só verificam a identidade dos usuários antes do acesso. Logo, não é possível garantir que o acesso em si é realizado pelo indivíduo verificado, o que pode levar a falhas graves de segurança, como o vazamento de dados pessoais, a operação indevida de maquinário pesado, ou até mesmo a quebra de sigilo de questões de segurança nacional. É necessário que haja um controle de acesso muito mais rígido para evitar tais falhas. Uma linha de pesquisa recente, baseada em reconhecimento biométrico, propõe verificar constantemente a identidade dos usuários para garantir a segurança durante todo o acesso e assim resolver o problema descrito anteriormente. Esta linha é conhecida por autenticação contínua... A autenticação contínua apresenta diferentes desafios, e os dois principais são: (1) como manter o custo computacional reduzido e (2) como garantir um alto nível de usabilidade. O primeiro desafio está relacionado a execução constante do reconhecimento biométrico, que pode acarretar no consumo excessivo de recursos computacionais se a frequência mínima de autenticações for muito alta ou se o custo do método de reconhecimento for elevado. O segundo desafio está relacionado ao grau de esforço do usuário ao utilizar o sistema, que deve ser mínimo para que o acesso ocorra da maneira mais natural possível. Logo, mecanismos que exijam participação ativa do usuário (e.g. digitação de senhas, reconhecimento de voz) não são recomendados.

Nessas condições, a face surge como uma das características biométricas mais adequadas, pois pode ser capturada sem a colaboração do usuário, não é intrusiva e tem grande aceitação por parte dos usuários. Isto porque os próprios seres humanos utilizam a face como a principal forma de identificação. Além disso, diferentes propriedades faciais (i.e. cor (2D), infravermelho e profundidade (3D) podem ser combinadas para atingir níveis de precisão elevados, e ainda assim alcançar um custo computacional aceitável. Para isto, deve-se utilizar dispositivos multimodais calibrados que permitam a troca de informações entre as diferentes modalidades e evitem cálculos redundantes.

RESULTADOS ESPERADOS:

Disponibilização comercial de um SDK que permita a utilização do processo de autenticação contínua utilizando diferentes modalidades de biometria facial, tais como imagens faciais em 2D, em 3D e em infravermelho. Ao mesmo tempo, espera-se obter o registro dos softwares desenvolvidos neste projeto de pesquisa aplicada de interesse da comunidade científica bem como do setor empresarial. Também como resultado, busca-se o aperfeiçoamento do perfil profissional e de pesquisa de alunos de mestrado e de iniciação científica envolvidos no projeto.



Coordenador:

Rubisley de Paula Lemes

☑ LIVING LAB

Este projeto objetiva fazer do Parque Tecnológico da Bahia um Living Lab (Laboratório vivo) para o desenvolvimento e experimentação de soluções que apoiem a implantação do conceito de Cidades inteligentes em Salvador e na Região Metropolitana. O projeto complementar é desenvolvido considerando as iniciativas de banda larga e de cidades digitais que estão sendo estabelecidas pelos Governos Estadual e Federal na Bahia.

O conceito de Cidades inteligentes surge quando os investimentos em capital humano e social são combinados com novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para permitir o desenvolvimento econômico sustentável e a qualidade de vida (Caragliu et al., 2009). O conceito de Cidade inteligente significa eficiência com base na gestão inteligente e no uso de soluções integradas de TIC. Cidades inteligentes são caracterizadas para sua inovação, capacidade de resolver problemas e utilização da TIC para aprimorar essa capacidade.

O cenário urbano encontrado em Salvador e Região Metropolitana é caracterizado principalmente pela falta de planejamento em sua formação, o que traz uma série de desafios únicos na tentativa de se criar facilitadores que aproximem essa região do conceito de Cidades inteligentes. Dessa forma, problemas que normalmente afetam cidades bem planejadas localizadas em países desenvolvidos como trânsito, energia e cuidados com a saúde, são ainda mais críticos e difíceis de serem tratados quando consideramos regiões ainda em desenvolvimento.

É importante esclarecer que o conceito de Cidades Inteligentes vai além da disponibilização de infraestrutura de TIC - também conhecido como cidades digitais. O conceito de Cidades Inteligentes inclui dimensões como fatores sociais, desenvolvimento urbano, a competitividade regional, segurança pública, conservação ambiental, saúde e educação. Isto significa que, a conceitualização de inteligência é muito diferente em cidades grandes como Salvador, cidades de médio porte da região metropolitana e em desenvolvimento tais como Camaçari, e cidades

pequenas como Uruçuca (satélite de Itabuna) e Guanambi (satélite de Vitória da Conquista).

Este projeto concentra-se nas duas primeiras categorias, cidades grandes e que fazem parte da região metropolitana. Ele tem como objetivo estabelecer um Living Lab para soluções de Cidades Inteligentes no Parque Tecnológico da Bahia. Este laboratório servirá como ponto de partida para o desenvolvimento e a avaliação de soluções inovadoras que tornem possível alcançar a visão de Cidades inteligentes e, em paralelo, tragam benefícios para o cidadão.

Para atingir seu objetivo, este projeto considera quatro objetivos específicos::

- 1) Estabelecer no Parque Tecnológico a infraestrutura necessária para transformá-lo em um Living Lab;
- 2) Definir uma Arquitetura Padrão para sistemas de Cidades Inteligentes;
- 3) Desenvolver um projeto prova de conceito considerando a área de espaço / planejamento urbano, e;
- 4) Criar um modelo de fomento para novos projetos pilotos.



Coordenadora:

Vaninha Vieira dos Santos

Projetos Gerenciados

IFBA – Instituto Federal da Bahia	Projetos	Professores		Alunos
		IFBA	Externos	
Polo de Inovação de Salvador	7	38	-	1
Campus Salvador	12	19	-	500
Reitoria	2	9	-	-
Subtotal	21	66	-	501
UFBA - Outras Unidades	Projetos	Professores		Alunos
		UFBA	Externos	
Faculdade de Medicina	2	15	22	4
Instituto de Matemática	7	21	31	66
Faculdade de Filosofia e Ciência Humana	1	3	2	4
Escola de Enfermagem	2	18	2	40
Faculdade de Farmácia	2	20	10	1
Instituto de Física	2	5	-	9
Instituto de Geociências	1	2	-	1
Instituto de Saúde Coletiva	2	5	6	16
Faculdade de Educação	1	1	2	16
Escola Politécnica	5	16	10	85
Instituto de Química	1	2	-	-
Subtotal	26	108	85	242
Outras Instituições - Federal/Privada	Projetos	Professores		Alunos
		UCSAL	Externos	
Universidade Católica do Salvador	1	1	-	-
Subtotal	1	1	-	-
Executados pela FEP	Projetos	Professores / Convidados		Alunos
		UFBA	Externos	
Fundação Escola Politécnica da Bahia	22	13	4	-
Subtotal	22	13	4	-
Total Geral	70	188	89	743

Atividades Acadêmicas

Encontram-se a seguir as atividades acadêmicas realizadas com o apoio da FEP.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO / EXTENSÃO - UFBA		
Unidade	Descrição do Projeto	Coordenador
EP- Escola Politécnica	Curso de Especialização em Gestão de Resíduos Sólidos socialmente integrada	José Maurício Souza Fiuza
EE- Escola de Enfermagem	8º Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica	Isa Maria Nunes
EP- Escola Politécnica	Curso de Especialização em Segurança de Barragens: Aspectos Técnicos Legais	Yvonilde Dantas Pinto Medeiros
FF- Faculdade de Farmácia	Curso de Especialização em Microbiologia	Cleuber Franco Fontes
FF- Faculdade de Farmácia	Curso de Extensão em plantas medicinais, fitoterapia e outras práticas integrativas e complementares.	Mara Zélia de Almeida
FMED- Faculdade de Medicina	Curso de Especialização em Teoria e Práticas Clínicas em atenção psicossocial aos usuários de substâncias psicoativas	Leandro Dominguez Barreto

CONTRATOS E CONVÊNIOS - UFBA		
Unidade	Descrição do Projeto	Coordenador
EE- Escola de Enfermagem	Gestão Editorial da Revista Baiana de Enfermagem	Heloniza Oliveira Gonçalves
EP- Escola Politécnica	Estudo de migração de contaminantes não miscíveis em solo	Sandro Lemos Machado
EP- Escola Politécnica	Implementação do laboratório de homologação de Projeto de Válvulas Industriais na Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia	Armando Sá Ribeiro Junior
EP- Escola Politécnica	Produção de Bio-Óleo a partir do resíduo do Sisal: Projeto inicial de uma Planta Piloto.	Carlos Augusto de Moraes Pires
FACED- Faculdade de Educação	Prevenção do uso abusivo de drogas em ambientes escolares do Estado da Bahia	Tarcísio Matos de Andrade
FFCH- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Avaliação dos impactos socioculturais da implantação do terminal de regasificação da Bahia- TRBA- relativo ao Contrato entre a UFBA e a PETROBRÁS	Carlos Alberto Soares Caroso

Relatório de Atividades 2017

FMED- Faculdade de Medicina	Riscos de Contaminação Ambiental e humana relacionadas à exploração da Unidade de concentrado de urânio no Sudoeste da Bahia	Marco Antônio Vasconcelos Rego
IF- Instituto de Física	Arranjos Técnicos e comerciais para inserção da Geração Solar Fotovoltáica na Matriz Energética Brasileira	Denis Gilbert Francis David
IF- Instituto de Física	Sistema de Limpeza da inscrustação de Sulfato de Bário assistida por ultrassom de alta potência	Iuri Muniz Pepe
IGEO- Instituto de Geociências	Avaliação Hidrogeoquímica e qualidade das águas superficiais e subterrâneas na área de aterro sanitário Metropolitano Centro (AMC), Salvador-Bahia	Luiz Rogério Bastos Leal
IM- Instituto de Matemática	Migração dos Dados da Plataforma tecnológica do Sistema Nacional de Transplantes para a nova plataforma desenvolvida.	Manoel Gomes de Mendonça Neto
IM- Instituto de Matemática	Reconhecimento biométrico de adultos, crianças e recém-nascidos – Subprojeto: Identificação Neonatal.	Rubisley de Paula Lemes
IM- Instituto de Matemática	Reconhecimento biométrico de adultos, crianças e recém-nascidos – Subprojeto: Autenticação Contínua.	Rubisley de Paula Lemes
IM- Instituto de Matemática	Apoiar ao Grupo de Projeto Fraunhofer Bahia em Engenharia de Software e Sistemas.	Manoel Gomes de Mendonça Neto
IM- Instituto de Matemática	Estabelecer no Parque Tecnológico da Bahia um Living Lab (laboratório vivo) para o desenvolvimento e experimentação de soluções que apoiem a implantação do Conceito de Cidades Inteligentes em Salvador.	Vaninha Vieira dos Santos
IM- Instituto de Matemática	Apoio da concedente na execução do projeto ferramenta de auxílio à instalação de antena repetidora de sinal celular, pelo instituto de Matemática (IM) da UFBA	Vaninha Vieira dos Santos
IM- Instituto de Matemática	Migração dos Dados da plataforma do Sistema Nacional de Transplantes.	Manoel Gomes de Mendonça Neto
IQ- Instituto de Química	III Workshop de Quimiometria	Sergio Luis Costa Ferreira

Relatório de Atividades 2017

ISC- Instituto de Saúde Coletiva	Inclusão Social e Promoção da Saúde de pessoas com sofrimentos psíquico por meio da incubação de empreendimentos solidários no campo da saúde mental.	Mônica de Oliveira Nunes Torrenté
ISC- Instituto de Saúde Coletiva	Estudos e Pesquisas Voltados para Ações de Vigilância e Prevenção a Saúde do Trabalhador.	Vilma Sousa Santana

CONTRATOS E CONVÊNIOS - IFBA		
Unidade	Descrição do Projeto	Coordenador
Campus Salvador	Estabelecimento de um programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira	Eduardo Telmo Fonseca Santos
Campus Salvador	Gateway para gerenciamento UPS remoto via aplicativo mobile	Eduardo Telmo Fonseca Santos
Campus Salvador	Solução para detecção de indivíduos utilizando câmera com iluminação infravermelha (FASE I)	Eduardo Telmo Fonseca Santos
Campus Salvador	Desenvolvimento, teste e implantação do protótipo do GT- GIIRO: Gerenciador de informações e Infraestrutura de Redes Ópticas, uma ferramenta para gerenciar de maneira centralizada e georreferenciada todas as informações de infraestrutura física de redes ópticas, como cabos ópticos, diagrama de fusões, redes subterrânea, entre outros.	Rodrigo Rocha Gomes de Souza
Campus Salvador	Medição do Desgaste da Camada de Borracha de Esteiras Transportadoras de Minério pelo Emprego de Apalpadores Mecânicos	Ivan Costa da Silva
Campus Salvador	XXXIV Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos (SBRC 2016)	Allan Edgard Silva Freitas
Campus Salvador	Inclusão do gerenciamento de Nobreak da placa integrada de gerência do UPS, para Plataforma Mac OSX, por meio da comunicação serial e de uma API.	Eduardo Telmo Fonseca Santos
Campus Salvador	Implementar Projeto de Treinamento para boas práticas na refrigeração no Estado da Bahia	Antonio Gabriel Souza Almeida

Relatório de Atividades 2017

Campus Salvador	Concepção de uma solução capaz de listar o conjunto de operadoras presentes em uma determinada localidade.	Eduardo Telmo Fonseca Santos
Campus Salvador	Desenvolvimento de módulos para capacitação e apoio técnico à elaboração de minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios do Estado da Bahia.	Marion Cunha Dias Ferreira
Campus Salvador	Projeto e Desenvolvimento de Tecnologia para Identificação de Sujidade e Limpeza Automática em Sistemas Fotovoltaicos.	Eduardo Filippo Oliveira Allata
Campus Salvador	Desenvolvimento, teste e implantação do protótipo do GT- GIRO: Gerenciador de informações e Infraestrutura de Redes Ópticas, uma ferramenta para gerenciar de maneira centralizada e georreferenciada todas as informações de infraestrutura física de redes ópticas, como cabos ópticos, diagrama de fusões, redes subterrânea, entre outros.	Rodrigo Rocha Gomes de Souza
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Desenvolvimento de Pesquisa, desenvolvimento e implantação de ensaios de certificação, calibração e avaliação de medidores, equipamentos e dispositivos de proteção de trabalhadores, pacientes e indivíduos públicos, associados à saúde.	Marcus Vinicius Teixeira Navarro
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Termo de Cooperação técnica a ser celebrado entre Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial- EMBRAPPII, IFBA E FEP, cujo objetivo é a concessão de recursos financeiros não reembolsáveis pela EMBRAPPII ao polo EMBRAPPII Instituto Federal da Bahia em Estruturação.	Handerson Jorge Dourado Leite
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Apoio ao Projeto de Desenvolvimento e Implantação do Sistema Estadual de gerenciamento de riscos e benefícios à saúde da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina	Marcus Vinicius Teixeira Navarro
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Pesquisa, Desenvolvimento e Serviços Tecnológicos de Modelagem, Simulação e Prototipagem	Handerson Jorge Dourado Leite
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Desenvolvimento de um foco cirúrgico à LED com controle eletrônico de campo	Hugo Antônio Nunes Silva

Relatório de Atividades 2017

Polo de Inovação de Salvador- PIS	Desenvolvimento de um equipamento para avaliação metrológica de incubadora para neonatos	Valnilton Evilásio da Silva
Polo de Inovação de Salvador- PIS	Desenvolvimento de um simulador para estudo de patologias cardíacas	Josemir da Cruz Alexandrino
Reitoria	Apoio na Implantação de Cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil	Leandro Sodré Barreto
Reitoria	Operacionalizar os Projetos de Pesquisa e Extensão, conforme planos de trabalhos	Diversos

CONTRATOS E CONVÊNIOS - FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA		
Natureza	Descrição do Projeto	Coordenador
Pesquisa	Prestação de Serviços de Microscopia Eletrônica de Varredura- Laboratório de Física Nuclear Aplicada- LFNA.	Denis Gilbert Francis David
Prestação de Serviços	Apoiar a PMS nos esforços pela redução de riscos associados a deslizamentos de encostas	Luís Edmundo Prado Campos
Serviços	Emissão de Laudos para Controle de Qualidade	Lia Fernandes Régis
Serviços	Emissão de Laudos para Controle de Qualidade	Sandro Lemos Machado
Serviços	Emissão de Laudos para Controle de Qualidade de Extratos	Neuza Maria Alcântara Neves
Serviços	Emissão de Laudos para Controle de Qualidade	Maria da Graça Carneiro Rocha
Serviços	Prestação de Serviços de Ensaios geotécnicos	Luiz Edmundo Prado de Campos
Serviços	Desenvolvimento de Atividades dentro dos domínios da monitorização geotécnico e ambiental de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos.	Sandro Lemos Machado
Serviços	Apoio de pesquisa para projeto de caracterização do minério não reagido e desenvolvimento para o seu aproveitamento pela indústria da construção civil	Daniel Vêras Ribeiro

Relatório de Atividades 2017

Serviços	Contratação de Empresa Especializada em Elaboração de Estudos Analíticos e Indicativos sobre o Fortalecimento do Planejamento e da Gestão Pública e Realização dos Instrumentos que Integrarão o PDDM no Âmbito Territorial (Urbano e Rural) do Município de Feira de Santana/BA	Elizabeth Ribeiro Matos
Serviços	Execução de serviços de auxílio e apoio na viabilização e instituição do plano municipal de saneamento básico do Município de Feira de Santana/BA	Luiz Alberto Novaes Camargo
Serviços	Elaboração de Estudos que possam subsidiar projetos de aproveitamento hidroenergético do Rio Pojuca, na perspectiva da sustentabilidade ambiental da Bacia e da Segurança Hídrica da RMS	Luiz Alberto Novaes Camargo
Serviços	Assessoria técnica especializada para apoio técnico à fiscalização e auditoria dos produtos Cartográficos.	José Mauro Alixandrini Júnior
TAC	Consultoria Especializada para Câmaras Temáticas de Meio Ambiente do Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente do MP- CTs	FEP
TAC	Beneficiária de parcela pecuniária decorrente do ACORDO JUDICIAL celebrado na Ação Civil Pública correspondente ao Processo Nº 22220.2007.5.15.00126.	FEP
Diversos	Programas de Residência Integrados de Medicina de Família e Comunidade e Multiprofissional em Saúde da Família- Camaçari	José Santos Souza Santana
Diversos	Programas de Residência Integrados de Medicina de Família e Comunidade e Multiprofissional em Saúde da Família- Dias D'ávila	José Santos Souza Santana
Diversos	Programas de Residência Integrados de Medicina de Família e Comunidade e Multiprofissional em Saúde da Família- Lauro de Freitas	José Santos Souza Santana
Diversos	XXXIV Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos (SBRC 2016)	Fabíola Gonçalves Pereira Greve

Relatório de Atividades 2017

Diversos	Cooperação técnica e científica e capacitação nas áreas de gestão das construções em Empreendimentos Habitacionais da MRV	Dayana Bastos Costa
Diversos	Srviços Técnicos profissionais especializados em pesquisa e elaboração do Projeto denominado "Isolux- Cabeça de Série"	Jorge Eduardo Soto Marambio

CONTRATOS E CONVÊNIOS - UCSAL		
Unidade	Descrição do Projeto	Coordenador
Campus Salvador	Gerenciamento e aplicação dos recursos provenientes da prestação de serviços realizada pelo Laboratório de Solos da Escola de Engenharia Universidade	Luiz Gonzaga Marques

Transferências de Receitas UFBA

Dos recursos oriundos dos Projetos, a Universidade fará jus ao percentual de 15% pela cessão da sua infraestrutura e da responsabilidade acadêmica associada e será recolhido antes do repasse à Fundação, em cumprimento ao Decreto Nº 7.423/2010, Art. 6º, § 1º e § 13º e da Resolução nº. 06/2013, Art. 1º § 8º, do Conselho Universitário da UFBA, distribuídos entre órgãos e Unidades de Ensino relacionados conforme tabela abaixo:

ORGÃOS E UNIDADES DE ENSINO	VALOR	%
Pró-Reitoria de Planej e Adm /UFBA (PROPLAN)	26.815,00	33,33
Pró-Reitoria de Extensão /UFBA (PROEXT)	26.815,00	33,33
Escola Politécnica /UFBA		
Instituto de Ciência da Saúde		
Escola de Medicina Veterinária		
Faculdade de Farmácia	26.815,00	33,33
TOTAL >>	80.445,00	100

Transferências de Receitas IFBA

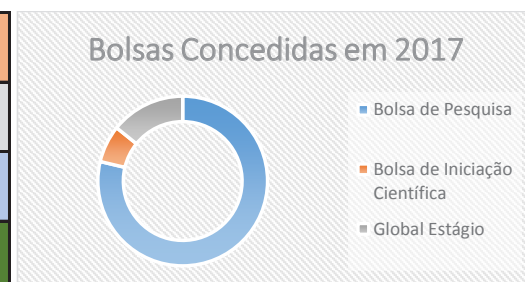
Dos recursos oriundos dos Projetos, o IFBA fará jus ao percentual de 10% a título de ressarcimento por cessão dos seus recursos tangíveis e intangíveis, em cumprimento à Portaria Interministerial Nº 191/2012, Art. 5º, § 4º e da Resolução Nº. 34/2015, Art. 2º § 4º, do Conselho Superior do IFBA, distribuídos entre órgãos e Unidades de Ensino relacionados conforme tabela abaixo:

ORGÃOS E UNIDADES DE ENSINO	VALOR	%
Pró-Reitoria	100.567,56	50,00
Campus Promotor do Projeto	100.567,56	50,00
TOTAL >>	201.135,12	100

Concessão de Bolsas

No exercício de 2017, 352 bolsistas, entre pesquisadores e estudantes, foram contemplados com bolsas vinculadas aos Projetos gerenciados pela FEP, conforme figura abaixo.

Bolsa de Pesquisa	277
Bolsa de Iniciação Científica	25
Global Estágio	50
Total Geral	352



Demonstrações Contábeis

BP - Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	11.761.994	8.322.130	CIRCULANTE	10.908.819	7.613.384
Disponível	10.874.799	7.333.803			
Disponibilidades de Projetos	10.556.769	7.219.578	Recursos de Projetos	10.556.769	7.219.579
Bancos e Caixa	678.964	959.261	Recursos de Projetos	91.644.861	71.757.564
Aplicações Financeiras	9.877.805	6.260.317	(-) Aplicação de Recursos	83.650.131	66.354.174
			Fornecedores	601.328	496.361
Disponibilidades FEP	318.030	114.225	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	564.531	370.822
Bancos e Caixa	92.528	75.119	Obrigações Fiscais e Tributárias	160.669	69.626
Aplicações Financeiras	225.502	39.106	Outras contas a pagar	1.235.511	879.380
Contas a Receber	817.573	917.624	Fornecedores FEP	15.521	14.986
Outros Créditos	59.678	65.865	Contas a pagar FEP	124.831	205.543
Despesas do Exercício Seguinte	9.944	4.838	Obrigações Fiscais e Tributárias FEP	20.734	16.928
			Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias FEP	144.757	156.348
			Empréstimo a pagar	46.207	
NÃO CIRCULANTE	15.731.658	8.479.905	NÃO CIRCULANTE	146.991	140.000
Realizável a Longo Prazo	19.209	19.209	Empréstimos a pagar	146.991	140.000
Investimento	15.090.459	7.843.990			
Imobilizado	597.292	600.954	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.437.846	9.048.651
Intangível	24.698	15.752	Patrimônio Social	1.833.033	1.833.033
			Superávit/Déficit Acumulado	14.122.113	6.732.918
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	482.700	482.700
TOTAL DO ATIVO	27.493.652	16.802.035	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.493.652	16.802.035

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$)

	2017	2016
RECEITAS	2.764.874	2.183.538
Aluguéis de Imóveis	1.302.418	1.170.150
Gestão de Projetos	1.417.268	962.798
Financeiras	42.130	30.652
Outras Receitas	3.058	19.938
(-) DESPESAS	2.314.157	2.028.654
Administrativas	1.454.028	1.423.028
Pessoal	1.223.718	1.194.983
Auxílios e Doações	14.888	9.707
Materiais	14.243	18.253
Manutenção e Reparo	29.514	25.822
Utilidades e Serviços	171.666	174.263
Patrimoniais	686.892	484.079
Depreciação e Amortização	10.755	5.903
Gerais	112.014	101.163
Tributárias	32.680	5.773
Financeiras	17.787	8.708
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	450.717	154.884

Relatório de Atividades 2017

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$)

	2017	2016
A) ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.413.116	109.859
Superávit Líquido do Exercício	450.717	154.884
(+/-) Ajustes	6.949.232	(7.789)
(+) Depreciação e amortização	10.755	5.903
(+/-) Outros ajustes - despesas/receitas	6.938.477	(13.692)
Superávit Líquido do Exercício Ajustado	7.399.949	147.095
Mudanças no Capital de Giro (Ativos e Passivos Circulantes Operacionais)	13.167	23.694
Variações (aumento ou Redução no Período):		
Contas a receber	100.051	(109.219)
Outros Créditos	6.187	15.464
Despesas do exercício seguinte	(5.107)	(1.946)
Fornecedores	534	442
Contas a pagar	(80.713)	94.127
Obrigações Fiscais e Tributárias	3.806	6.581
Obrigações trabalhistas e Previdenciárias	(11.592)	18.425
Mudanças Ativo e Passivos Não Circulantes Operacionais		(60.930)
Variações (aumento ou redução no período):		
Realizável a longo prazo		(12.009)
Outras contas a pagar longo prazo		(48.921)
Caixa Líquido gerado com as Atividades Operacionais	7.413.116	109.859
B) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.262.508)	(110.244)
Variações (aumento ou redução no período):		
Investimento	(7.246.470)	(96.162)
Imobilizado	(6.549)	(14.082)
Intangível	(9.489)	
C) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	53.197	-
Variações (aumento ou redução no período):		
Empréstimo a pagar curto prazo	46.206	-
Empréstimo a pagar longo prazo	6.991	-
D) RESULTADO DE CAIXA (A+B+C)	203.805	(385)
E) SALDO INICIAL DE CAIXA	114.225	114.610
F) SALDO FINAL DE CAIXA (D+E)	318.030	114.225

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$)

DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Superávit / Déficit Acumulados	Ajustes de Exercícios Anteriores	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.833.033	6.591.726		482.700	8.907.459
Resultado do Exercício Superávit do Exercício 2016		154.884			154.884
(+/-) Ajustes e Resultados Anteriores			(13.692)		(13.692)
(+/-) Transferência de Ajustes de Exerc. Anteriores para Superávit Acumulado		(13.692)	13.692		
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.833.033	6.732.919		482.700	9.048.652
Resultado do Exercício Superávit do Exercício 2017		450.717			450.717
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores			6.938.477		6.938.477
(+/-) Transferência de Ajustes de Exerc. Anteriores para Superávit Acumulado		6.938.477	6.938.477		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.833.033	14.122.113		482.700	16.437.846
Variação do Patrimônio Líquido de 2016 à 2017			7.389.194		81,66%

Relatório de Atividades 2017

DOARP - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Projetos

Em 31 de dezembro de 2017 (Valores em R\$)

APLICAÇÕES DE RECURSOS	2017		2016		2017		2016	
	Saldo	Fluxo	Saldo	Fluxo	Saldo	Fluxo	Saldo	Fluxo
DISPONIBILIDADES	10.556.769	3.337.191	7.219.578	332.757	2.562.039	745.851	1.816.189	346.694
Caixa e Bancos	678.964	(280.297)	959.261	889.742	601.328	105.627	496.361	195.233
Aplicações Financeiras	9.877.805	3.617.488	6.260.317	(556.985)	564.531	193.709	370.822	(19.979)
CRÉDITOS DIVERSOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	2.873.841	423.886	2.449.955	(1.072.641)				
Contas a receber	2.298.438	493.138	1.805.300	(1.346.975)				
Empréstimos a receber	33.197		33.197					
Adiantamentos	60.605	6.044	54.561	(5.090)				
Tributos a compensar	243.891	41.825	202.066	(438)				
Outros créditos realizáveis a curto prazo	237.710	(117.121)	354.831	278.862				
DESPESAS DE CAPITAL	6.001.956	1.490.938	4.511.018	1.318.779				
Investimentos fixos - Equipamentos e Materiais Permanentes	6.001.956	1.490.938	4.511.018	1.318.779				
DESPESAS CORRENTES	74.774.333	15.381.132	59.393.201	10.455.513				
Pessoal e Encargos Sociais	13.742.496	2.754.753	10.987.743	2.388.700				
Bolsas no país	17.158.128	4.618.783	12.539.345	2.680.352				
Diárias civis	2.424.183	272.134	2.152.049	221.591				
Materiais de consumo	4.530.748	693.527	3.837.221	833.250				
Passagens e despesas com locomoção	1.149.206	209.419	939.787	179.345				
Serviço de Consultoria	237.553		237.553					
Serviço de terceiros pessoa física	8.143.792	623.587	7.520.204	627.352				
Serviço de terceiros pessoa jurídica	19.861.138	4.011.310	15.849.828	2.271.537				
Impostos, Taxas e Contribuições	3.579.807	575.860	3.003.947	375.201				
Doações	3.849.014	1.604.449	2.244.565	858.264				
Despesas financeiras	98.268	17.310	80.958	19.920				
TOTAL DAS APLICAÇÕES	94.206.900	20.633.148	73.573.752	11.033.408				
TOTAL DAS ORIGENS	94.206.900	20.633.148	73.573.752	11.033.408				
RECURSOS LIVRES DE PROJETOS (DISPONIBILIDADES + CRÉDITOS DIVERSOS - DÍVIDAS COM TERCEIROS)					10.868.572		7.853.344	
RECURSOS EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS (DISPONIBILIDADES - RECURSOS COMPROMETIDOS (DÍVIDAS COM TERCEIROS))					7.994.730		5.403.389	

Balanço Social

1 - Identificação					
Nome da instituição: Fundação Escola Politécnica da Bahia		Tipo/categoria: Fundação Privada			
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não					
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS					
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal Classificada como OSCIP (Lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não					
2 - Origem dos recursos		2017		2016	
		Valor (reais)	%	Valor (reais)	%
Receitas Totais		2.764.874	100	2.183.539	100
a. Receitas de alugueis		1.302.418	47,11	1.170.150	53,59
b. Receitas Operacionais		1.417.268	51,26	962.798	44,09
c. Receitas Não Operacionais		45.188	1,63	50.591	2,32
3 - Aplicação dos recursos		2017		2016	
		Valor (reais)	%	Valor (reais)	%
Despesas Totais		2.042.817	100	1.763.816	100
a. Pessoal (salários + benefícios + encargos)		974.374	47,70	930.145	52,73
b. Auxílio Concedido		14.888	0,54		
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)		1.053.555	51,57	833.671	47,27
Operacionais		1.001.610	95,07	789.427	94,69
Impostos e taxas		27.916	2,65	3.811	0,46
Financeiras		17.787	1,69	8.708	1,04
Capital (máquinas + instalações + equipamentos) ¹		6.242	0,59	31.725	3,81
4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))		2017		2016	
		Valor (reais)	% sobre receita	Valor (reais)	% sobre receita
a. Alimentação		108.449	3,92	122.470	100
b. Capacitação e desenvolvimento profissional		7.005	0,25	3.140	0,14
c. Saúde		104.920	3,79	88.484	4,05
d. Transporte		27.040	0,98	26.388	1,21
e. Bolsas/estágios		23.925	0,87	24.357	1,12
Total - Indicadores sociais internos		271.340	9,81	264.838	12,13
5 - Indicadores sobre o corpo funcional		2017		2016	
Nº total de empregados(as) ao final do período		18		17	
Nº de admissões durante o período		3		3	
% de empregados(as) acima de 45 anos		22,22%		31,25%	
Nº de mulheres que trabalham na instituição		16		16	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		100%		100%	
Idade média das mulheres em cargos de chefia		44		41	
Salário médio das mulheres		2.798,82		2638,77	
Idade média dos homens em cargos de chefia					
Salário médio dos homens		1.347,97		1160,35	
Nº de negros(as) que trabalham na instituição		8		7	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)					
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia					
Salário médio dos(as) negros(as)		1.616,85		1525,88	
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição		10		10	
Salário médio dos(as) brancos(as)		3.454,22		3269,97	
Nº de estagiários(as)		2		3	
6 - Qualificação do corpo funcional		2017		2016	
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo		18		17	
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)		6		5	
Nº de graduados(as)		5		7	
Nº de graduandos(as)		2			
Nº de pessoas com ensino médio		5		5	
7 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social		2017			
O processo de admissão de empregados(as) é:		100% por seleção			
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?		<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não			
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:		<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos			
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:		<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis			
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:		<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> não tem			

Parceiros

- ✧ Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos- ABIMAQ
- ✧ Alergolatina Produtos Alergênicos Ltda.
- ✧ Associação Brasileira de Cimento Portland
- ✧ Companhia de Gás da Bahia- Bahia Gás
- ✧ Bahia Marina
- ✧ Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda. - BATTRE
- ✧ C.A. Cerrato Construtora de Obras Ltda.
- ✧ Caixa Econômica Federal
- ✧ Câmara Municipal de Cairu
- ✧ Companhia Energética de Alagoas- CEAL
- ✧ Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia- COELBA
- ✧ Concreta Tecnologia em Engenharia
- ✧ Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia- CONDER
- ✧ Construtora Norberto Odebrech
- ✧ Construtora OAS Ltda.
- ✧ Dow Brasil S.A.
- ✧ Eletrobrás Distribuição Alagoas- EDAL
- ✧ Empresa Baiana de Água e Saneamento- EMBASA
- ✧ Fibra Celulose S/A
- ✧ Ford Motor Company Brasil Ltda.
- ✧ Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura- FUNPEC
- ✧ Instituto Ambev de Previdência Privada- IAPP
- ✧ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN
- ✧ Salvador Empreendimentos e Incorporações- JHSF
- ✧ Megatranz Transportes Ltda.
- ✧ Mineração Caraíba S/A.
- ✧ Ministério da Saúde- MS
- ✧ Ministério dos Transportes- MT
- ✧ MRV Engenharia e Participações S/A.
- ✧ MRM Construtora Ltda.
- ✧ NDCJ Construções Incorporações
- ✧ Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A
- ✧ Prefeitura Municipal de Cairu
- ✧ Secretaria Estadual de Educação
- ✧ Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia- Sinduscon-BA
- ✧ ROCKWELL
- ✧ Universidade Federal da Bahia





Equipe Executora








Superintendente

  Patrícia Maria Carvalho de Freitas









Setor Patrimonial

  Geisa Marta Borges Brandão






Setor Financeiro / Pessoal

  Genise Souza Alcântara
 Cleane Araújo Almeida
 Adriano Simões de Menezes Freitas
 Ana Paula de Santana Silva
 Josiene de Jesus da Silva
 Lucineide de Souza Bomfim (Estagiária)

Setor Administrativo

  Simone Caroline Oliveira Argolo
 Marilene Santos
 Marisete Ribeiro dos Santos
 Nádia Chaves Santana
 Paulo dos Santos Rocha
 Valdelice Conceição Correia
 Juliana de Assis Bispo (Estagiária)

Setor de Projetos

  Ana Judith Zaiden de Aragão
 Barbara Cristina Pinheiro de Almeida
 Cristiane Souza de Alcântara
 Pamela Andressa de Jesus Santana



Rua Professor Severo Pessoa, 31- Federação
Salvador / BA. CEP: 40.210-700

+55 71 3617-8061



administrativo@fepba.org.br



www.fepba.org.br



fepba.org.br/feed



facebook.com/fundacao